

ING Bank N.V.
(Filial de São Paulo)

CNPJ: 49.336.860/0001-90

**Demonstrações financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 30 de junho de 2019
e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas – Conglomerado prudencial	4
Balanço patrimonial	8
Demonstrações de resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No primeiro semestre de 2019 o Conglomerado Prudencial apresentou lucro líquido de R\$ 38,3 milhões, sendo que no primeiro semestre de 2018 apresentou lucro líquido de R\$ 10,4 milhões. As demonstrações financeiras individuais encontram-se disponíveis no site do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) na internet, no endereço <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Em 30 de junho de 2019 o Conglomerado Prudencial possui títulos privados classificados como “mantidos até o vencimento”. Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação em atendimento a Circular 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia: O Conglomerado adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2019, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 16%.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Conglomerado, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no endereço citado acima.

Agradecimentos: o ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 30 de agosto de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores do
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no

Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificação de opinião, em 22 de agosto de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

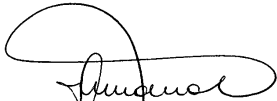
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860/0001-90
Consolidado Prudencial

BALANÇO PATRIMONIAL
em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019		2018			2019		2018	
CIRCULANTE	<u>30.301.048</u>	<u>15.401.155</u>	CIRCULANTE	<u>30.054.478</u>	<u>14.469.189</u>		<u>30.054.478</u>	<u>14.469.189</u>	
DISPONIBILIDADES	5.470	40.083	DEPÓSITOS	541.573	1.601.234				
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4.200.685	3.466.279	Depósitos à vista	711	319				
Aplicações no mercado aberto	4.200.685	3.316.266	Depósitos interfinanceiros	92.338	139.011				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	150.013	Depósitos a prazo	448.524	1.461.904				
Aplicações em Moeda estrangeira	-	-	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.998	-				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	657.133	879.470	Carteira de terceiros	11.998	-				
Carteira própria	167.844	1.281	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	25.919	27.824				
Vinculados à compra de recompra	837	1.266	Recursos em trânsito de terceiros	25.919	27.824				
Vinculados à prestação de garantias	322.580	392.426	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	6.974.294	4.137.244				
Instrumentos financeiros derivativos	165.872	484.497	Empréstimos no exterior	6.974.294	4.137.244				
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.256	1.258	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	191.760	313.229				
Créditos vinculados:			Instrumentos financeiros derivativos	191.760	313.229				
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.197	1.197	OUTRAS OBRIGAÇÕES	22.308.934	8.389.658				
Correspondentes	59	61	Carteira de câmbio	22.207.378	8.314.527				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	289.673	310.825	Fiscais e previdenciárias	21.428	10.458				
Operações de crédito - setor privado	90.016	26.356	Negociação e intermediação de valores	77	92				
Financiamentos - setor privado	200.013	287.602	Diversas	80.051	64.581				
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(356)	(3.133)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.816.354	1.185.286				
OUTROS CRÉDITOS	25.146.596	10.702.903	DEPÓSITOS	178.147	558.474				
Carteira de câmbio	25.118.859	10.690.329	Depósitos a prazo	178.147	558.474				
Rendas a receber	4.843	1.750	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	757.997	194.530				
Negociação e intermediação de valores	1.696	1.505	Empréstimos no exterior	757.997	194.530				
Diversos	64.550	46.508	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	74.772	29.464				
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(43.352)	(37.189)	Instrumentos financeiros derivativos	74.772	29.464				
OUTROS VALORES E BENS	235	337	OUTRAS OBRIGAÇÕES	805.438	402.818				
Despesas antecipadas	235	337	Carteira de câmbio	714.634	322.978				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.516.036	1.145.107	Fiscais e previdenciárias	4.862	929				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	721.866	271.906	Diversas	85.942	78.911				
Carteira própria	651.215	231.810	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	7.112	2.814				
Instrumentos financeiros derivativos	70.651	40.096	Resultado de exercícios futuros	7.112	2.814				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	878.273	294.918	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	947.925	890.805				
Operações de crédito - setor privado	431.148	101.003	CAPITAL:						
Financiamentos - setor privado	448.551	194.597	De domiciliados no exterior	636.526	627.602				
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(1.426)	(682)	Reserva de capital	4.413	3.513				
OUTROS CRÉDITOS	915.897	578.283	Reserva de lucros	268.652	249.241				
Carteira de câmbio	664.851	325.158	Lucros acumulados/ (Prejuízos acumulados)	38.334	10.449				
Rendas a receber	5	-	TOTAL DO PASSIVO	32.825.869	16.548.094				
Diversos	251.041	253.125							
PERMANENTE	8.785	1.832							
INVESTIMENTOS	18	39							
Outros investimentos	18	39							
IMOBILIZADO DE USO	7.941	1.772							
Outras imobilizações de uso	9.271	13.149							
(-) Depreciações acumuladas	(1.330)	(11.377)							
INTANGÍVEL	826	21							
Ativos Intangíveis	901	385							
(-) Amortização acumulada	(75)	(364)							
TOTAL DO ATIVO	32.825.869	16.548.094							

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860./0001-90

Consolidado Prudencial**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Semestre</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	275.985	613.328
Operações de crédito	22.827	80.951
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	211.623	151.691
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8.610	121.608
Resultado de operações de câmbio	-	259.078
Operações de empréstimos e repasses	32.925	-
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(187.498)	(572.128)
Operações de captação no mercado	(68.127)	(59.016)
Operações de empréstimos e repasses	-	(633.555)
Resultado de operações de câmbio	(122.489)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.118	120.443
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	88.487	41.200
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(24.101)	(22.792)
Receitas de Prestação de Serviços	45.424	47.179
Despesas de Pessoal	(27.845)	(26.054)
Outras Despesas Administrativas	(27.566)	(23.102)
Despesas Tributárias	(13.567)	(12.643)
Outras Receitas Operacionais	17.745	8.287
Outras Despesas Operacionais	(18.292)	(16.459)
RESULTADO OPERACIONAL	64.386	18.408
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	105	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	64.491	18.408
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(25.391)	(7.959)
Provisão para Imposto de Renda	(9.537)	(1.836)
Provisão para Contribuição Social	(5.916)	(1.478)
Ativo Fiscal Diferido	(9.938)	(4.645)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(766)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	38.334	10.449
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-	-

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860/0001-90

Consolidado Prudencial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS				LUCROS/ (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	503.364	47.086	3.170	52.124	197.117	-	802.861
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.449	10.449
Aumento de capital	124.238	(47.086)	-	-	-	-	77.152
Outras Reservas	-	-	343	-	-	-	343
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	627.602	-	3.513	52.124	197.117	10.449	890.805
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	636.526	-	4.216	53.795	214.857	-	909.396
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	38.334	38.334
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas	-	-	195	-	-	-	195
SALDOS EM 30 de JUNHO DE 2019	636.526	-	4.413	53.795	214.857	38.334	947.925

ING BANK N.V.
C.N.P.J. 49.336.860/0001-90
Consolidado Prudencial
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício	24.618	(109.295)
Lucro líquido do semestre/ exercício	38.334	10.449
Depreciações e amortizações	1.700	356
Baixas no imobilizado	(12.388)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.118)	(120.443)
Outras reservas	195	343
Resultado não operacional	(105)	-
Variação de ativos e passivos	(103.099)	2.051.989
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(351.867)	177.771
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(41)	271
(Aumento) Redução em operações de crédito	58.049	4.294
(Aumento) Redução em outros créditos	(11.583.764)	2.894.309
(Aumento) Redução em outros valores e bens	11	102
(Redução) Aumento em depósitos	(1.063.984)	261.694
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	11.998	-
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	1.756.205	2.039.297
(Redução) Aumento em relações de interdependências	18.967	12.639
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	55.264	263.767
(Redução) Aumento em outras obrigações	10.997.648	(3.602.256)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	(1.585)	101
Caixa líquido originado em atividades operacionais	(78.481)	1.942.694
Atividades de investimento		
Alienação (aquisição) de outros investimentos	126	1
Aquisição (alienação) de imobilizado de uso	3.905	(211)
Aquisição (alienação) de intangível	(476)	-
Caixa líquido originado em atividades de investimento	3.555	(210)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	124.238
Juros sobre capital próprio	-	(47.086)
Caixa (aplicado) em atividades de financiamento	-	77.152
Aumento (redução) nos fluxos de caixa	(74.926)	2.019.636
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4.281.081	1.486.726
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4.206.155	3.506.362
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(74.926)	2.019.636

1. Contexto operacional

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) e a ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (doravante denominados por “Conglomerado”) são empresas investidas do ING Bank N.V. de Amsterdã.

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com a estratégia do ING Group, a Corretora não tem realizado as atividades relacionadas ao seu objeto social.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Conglomerado detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As entidades que fazem parte do conglomerado prudencial revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as

receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial das entidades:

<u>Empresas</u>	<u>Atividades</u>
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)	Instituição líder
ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.	Instituição participante

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do exercício quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 30 de junho de 2019 e 2018 o Conglomerado não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Conglomerado possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "*hedge*" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do período.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no semestre. Em 30 de junho de 2018 a provisão para contribuição social foi

constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado. Em 30 de junho de 2019 a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas que estarão vigentes a partir de janeiro de 2019. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “*pro rata temporis*” para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, o Conglomerado mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia de “*Value at Risk*”, histórico, simulação de stress, e limites estabelecidos pela Administração do Conglomerado.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e

moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração do Conglomerado.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração do Conglomerado participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis do Conglomerado. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. O Conglomerado possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é o ING Bank N.V. (Filial de São Paulo).

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria do Conglomerado, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração do Conglomerado, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Conglomerado, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	5.470	40.083
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.200.685	3.466.279
Total	4.206.155	3.506.362

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 4.200.685 (R\$ 3.316.266 em 2018) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

	2019			
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo Atualizado
Títulos para negociação				
Carteira Própria para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	-	-	167.844	167.669
	-	-	167.844	167.669
Vinculados à Recompra				
Letras do Tesouro Nacional	837	-	837	835
	837	-	837	835
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional	-	-	300.697	300.208
Cotas de Fundos de Investimentos	21.883	-	21.883	21.883
	21.883	-	322.580	322.091
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	651.215	651.215	651.215
	-	651.215	651.215	651.215

	2018			
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Títulos e valores mobiliários				
Títulos para negociação				
Carteira Própria para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	1.281	-	1.281	1.291
	1.281	-	1.281	1.291
Vinculados à Recompra				
Letras do Tesouro Nacional	1.266	-	1.266	1.277
	1.266	-	1.266	1.277
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional	371.848	-	371.848	373.775
Cotas de Fundos de Investimentos	20.578	-	20.578	20.578
	392.426	-	392.426	394.353
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	231.810	231.810	231.810
	-	231.810	231.810	231.810

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

O valor de mercado dos títulos classificados como mantidos até o vencimento é R\$ 675.665 para o semestre findo em 30 de junho de 2019.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Para constituição de provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures a Administração atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em junho de 2019, de acordo com este critério, não foi constituída provisão.

A carteira de debêntures encontra-se registrada na CETIP, atualmente B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

7. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias do Conglomerado a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração do Conglomerado, como segue:

Hedge - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;

Negociação - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2019				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado
Ativo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	25.670	753	6.781	33.204	35.885
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	83.336	56.113	63.870	203.319	205.190
Totais por faixa de vencimento em 2019	109.006	56.866	70.651	236.523	241.075
Totais por faixa de vencimento em 2018	266.797	217.700	40.096	524.593	512.559

Instrumentos financeiros derivativos	2019				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado
Passivo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(1.871)	(22.117)	(17.609)	(41.597)	(31.230)
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(100.391)	(65.803)	(57.163)	(223.357)	(238.063)
Outros	(1.578)	-	-	(1.578)	(1.578)
Totais por faixa de vencimento em 2019	(103.840)	(87.920)	(74.772)	(266.532)	(270.871)
Totais por faixa de vencimento em 2018	(122.646)	(190.583)	(29.464)	(342.693)	(335.262)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

CONTRATOS	2019				
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	1.974.722	17.734.173	1.377.898	-	21.086.793
- Taxa de juros	9.484.756	167.526	131.066	-	9.783.348
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	-	-	-	142.259	142.259
Total 2019	11.459.478	17.901.699	1.508.964	142.259	31.012.400
Total 2018	11.372.851	10.454.735	1.598.020	844.545	24.270.151

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 322.580 (R\$ 392.426 em 2018), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, o Conglomerado negociou futuros com vencimento até julho de 2020. Os itens objeto de hedge são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até julho de 2020, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado
Instrumento de hedge		
Futuros - DI	134.289	142.259
Objeto de hedge		
Operações de crédito	65.610	69.802
CDB	70.000	72.625

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no semestre estão demonstrados a seguir:

RESULTADO COM DERIVATIVOS	2019	2018
Futuros	63.638	(120.025)
Swaps	12.854	(202.426)
Termo	(67.682)	444.377
Outros	(200)	(318)
Total	8.610	121.608

8. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

<i>Operações de crédito</i>		
Setor Privado	2019	2018
Indústria	698.712	532.352
Comércio	370.534	33.361
Outros serviços	100.445	43.827
Pessoas físicas	37	18
Total (*)	1.169.728	609.558

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 1.112 (R\$ 147 em 2018).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor Privado	2019	2018
Indústria	1.701.935	1.374.701
Comércio	1.092.333	608.394
Outros serviços	249.108	133.522
Total	3.043.376	2.116.617

b) Nível de risco

Nível de Risco	%	Valor da provisão		Valor da Carteira	
		2019	2018	2019	2018
AA	0%	-	-	1.961.881	770.159
A	0.5%	879	277	175.925	55.442
B	1%	19.575	17.957	1.958.596	1.795.870
C	3%	1.148	961	38.262	32.009
E	30%	23.532	21.809	78.440	72.695
Total		45.134	41.004	4.213.104	2.726.175

c) Vencimento

Vencimento	2019	2018
A vencer até 90 dias	1.473.615	816.523
A vencer de 91 a 360	1.859.791	1.614.052
A vencer acima de 360	879.698	295.600
Total	4.213.104	2.726.175

d) Movimentação da provisão

Provisão	2019	2018
Saldo inicial	48.252	161.447
Constituição	2.002	57.077
Reversão	(5.120)	(177.520)
Saldo final	45.134	41.004

Em 30 de junho de 2019 há operações renegociadas no montante de R\$ 78.439 (R\$ 72.695 em 2018).

9. Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2019		2018	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
ATIVO				
Câmbio comprado a liquidar	14.834.699	537.436	7.022.502	179.115
Adiantamentos em moeda estrangeira	(4.981)	-	-	-
Direitos sobre venda de câmbio	10.237.567	127.415	3.630.986	146.043
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	51.574	-	36.841	-
TOTAL	25.118.859	664.851	10.690.329	325.158
PASSIVO				
Câmbio vendido a liquidar	10.150.991	156.793	3.825.918	176.935
Obrigações por compra de câmbio	15.048.189	557.841	6.568.385	146.043
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(2.991.802)	-	(2.079.776)	-
TOTAL	22.207.378	714.634	8.314.527	322.978

10. Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	51.266	8.982	33.416	49.964
Impostos a compensar	10.488	17.262	6.806	17.338
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	-	220.069	-	185.787
Adiantamentos a funcionários e terceiros	2.121	-	1.520	36
Devedores diversos país	675	4.728	4.766	-
TOTAL	64.550	251.041	46.508	253.125

11. Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	2019				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito a vista	711	-	-	-	711
Depósito interfinanceiros	-	92.338	-	-	92.338
Depósito a prazo	-	121.688	326.836	178.147	626.671
Captações no mercado aberto - Terceiros	-	11.998	-	-	11.998
Total por faixas de vencimento em 2019	711	226.024	326.836	178.147	731.718
Total por faixas de vencimento em 2018	319	609.706	991.209	558.474	2.159.708

12. Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 1.177.197 (US\$ 735.940 em 2018) que representa R\$ 4.510.549 (R\$ 2.834.196 em 2018), a taxa de juros de até 7.11% ao ano e vencimentos até setembro de 2020, repasses do exterior, no montante de US\$ 294.374 que representa R\$ 1.127.925 (não houve em 2018), a taxa de juros de até 3.79% ao ano e vencimentos até junho de 2021 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 484.909 (US\$ 387.678 em 2018) que representa R\$ 2.093.817 (R\$ 1.494.578 em 2018) a taxa de juros de até 2,7% ao ano com vencimentos até julho de 2019.

13. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	4.508	-	6.226	-
Imposto de renda e contribuição social	15.453	-	3.314	-
Impostos e contribuições diferidos	1.467	4.862	918	929
TOTAL	21.428	4.862	10.458	929

14. Outras obrigações – diversas

Obrigações diversas	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	5.204	5.404	7.503	1.619
Provisão para contingências (Nota 15b e c) (*)	-	78.334	-	87.133
Provisão para perdas com avais e fianças	67.761	1.099	32.510	2.720
Diversos	7.086	1.105	11.353	654
TOTAL	80.051	85.942	51.366	92.126

15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

- a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- b) Passivos contingentes: o Conglomerado possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2019 e 2018, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2018	Adições	Baixas/Reversões	30/06/2019
Trabalhistas	2.625	28	(2.080)	573
Total	2.625	28	(2.080)	573

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/Reversões</u>	<u>30/06/2018</u>
Trabalhistas	15.291	1.067	(3.143)	13.215
Total	<u>15.291</u>	<u>1.067</u>	<u>(3.143)</u>	<u>13.215</u>

b.1) *Passivos contingentes classificados como perda possível:* o Conglomerado possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 26.061 (R\$ 20.939 em 2018). Foi julgado improcedente no CARF. O Conglomerado recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento. Depósito judicial feito em Maio/19.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 12.074 (R\$ 11.449 em 2018). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.334 (R\$ 6.149 em 2018). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (anual-calandário 2005 e 2006), no valor de R\$ 6.070 (R\$ 5.927 em 2018). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 2.685 (R\$ 2.620 em 2018). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 47.833 (R\$ 45.168 em 2018). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. A Corretora recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 4.519 (R\$ 5.747 em 2018). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela Corretora.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, o Conglomerado possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 21.030 (R\$ 25.623 em 2018).

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica “Provisão para Contingências” (Nota 14). As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 17.591 (R\$ 17.059 em 2018) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 23.971 (R\$ 23.084 em 2018). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 47.833 (R\$ 45.168 em 2018), diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 25.755 (R\$ 24.803 em 2018), depósitos vinculados a Anistia R\$ 21.812 (R\$ 21.280 em 2018), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 24.850 (R\$ 23.883 em 2018), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.892 (R\$ 5.684 em 2018), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.726 (R\$ 5.429 em 2018), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 17.658 (R\$ 17.145 em 2018), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 4.519 (R\$ 5.747 em 2018), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.906 (R\$ 2.797 em 2018), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.796 (R\$ 2.683 em 2018), compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.356 (R\$ 4.192 em 2018), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 12.074 (R\$ 11.449 em 2018) e PIS (08 a 12/2004) e COFINS – glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB “sem finalidade de hedge”, no montante de R\$ 29.203 (R\$ 2.973 em 2018), o depósito referente o Cofins foi realizado em maio de 2019. O saldo remanescente de R\$ 14.689 (R\$ 12.554 em 2018) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16. Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2019			2018		
	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Receita (despesa)
Operações de crédito	3.134.076	-	61.751	2.335.620	-	56.338
Empréstimos do exterior	-	3.131.520	(57.356)	-	2.332.379	(49.024)

O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 4.395 (R\$ 7.314 em 2018).

Não há operações ativas vinculadas em situação de inadimplência ou questionamento judicial, nem sobre os recursos entregues ou colocados à disposição nessas operações.

17. Patrimônio líquido

O capital social do Conglomerado corresponde a R\$ 636.526, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes.

18. Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, o Conglomerado mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 72.433 (R\$ 90.853 em 2018).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2019</u>
Outras provisões temporárias	50.130	9.216	(9.908)	49.438
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	15.908	85.835	(91.269)	10.474
IR/CS diferido	6.395	7.782	(13.841)	336
Total	72.433	102.832	(115.018)	60.248

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/06/2018</u>
Outras provisões temporárias	90.853	36.600	(83.436)	44.017
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	182.496	(143.133)	39.363
Total	90.853	219.096	(226.569)	83.380

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 4.400 (R\$ 918 em 2018).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2019 está demonstrado a seguir:

<u>Realização do crédito tributário</u>	<u>2019</u>
Ano-calendário 2019	47.913
Ano-calendário 2020	7.170
Ano-calendário 2021	3.491
Ano-calendário 2022	-
Ano-calendário 2023	1.674
Imposto de renda e contribuição social diferido	60.248

Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 56.818 (R\$ 73.940 em 2018), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos semestres.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	64.491	64.491	18.408	18.408
(-) Participações nos resultados	(766)	(766)	-	-
Resultado antes dos impostos ajustado	63.725	63.725	18.408	18.408
Adições ou exclusões temporárias	(9.282)	(9.283)	(109.673)	(109.673)

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
*Demonstrações financeiras Consolidadas do
 Conglomerado Prudencial em
 30 de junho de 2019 e 2018*

Ajuste contábil referente futuros	6.500	6.500	6.203	6.203
Ajuste MTM Swap e títulos públicos	(15.146)	(15.146)	1.888	1.888
Provisão para créditos de liquidação duvidosa monetária dos depósitos judiciais	9.504	9.504	(106.824)	(106.824)
Provisão para gratificações	(2.428)	(2.428)	(4.684)	(4.684)
Outras adições e exclusões diversas	(7.300)	(7.300)	(7.679)	(7.679)
Adições ou exclusões permanentes	(412)	(413)	1.423	1.423
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(1.419)	(1.419)	251	251
	(13.586)	(13.586)	-	-
Base tributável	39.438	39.438	7.391	7.391
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 15% / 20%)	(5.916)	(5.916)	(1.109)	(1.478)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(3.920)	-	(727)	-
Redução de imposto por incentivos	299	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(9.537)	(5.916)	(1.836)	(1.478)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9.537)	(5.916)	(1.836)	(1.478)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	(15.147)	(11.361)	1.887	1.887
Provisões não dedutíveis temporariamente	(2.687)	(2.254)	(118.107)	(5.305)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(13.586)	(10.189)	98.407	98.407
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	-	-	(112.222)
Outras diferenças temporárias	6.576	4.932	5.783	5.783
Base tributável diferida	(24.844)	(18.872)	(12.030)	(11.450)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(6.212)	(3.726)	(3.007)	(1.638)

19. Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(passivo)	Grau de relação	2019	2018
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(710)	(319)
Empréstimos no exterior	Controladora	(7.416.995)	(3.959.597)
Outros créditos - câmbio	Controladora	20.667.348	7.741.252
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(20.672.766)	(7.779.882)
Receitas/(despesas)			
Resultado de câmbio	Controladora	(148.903)	4.043.008
Receita de Prestação de Serviços	Controladora	24.213	23.629
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(93.103)	568.632

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 3.104 (R\$ 2.576 em 2018) de remuneração fixa, e de R\$ 1.473 (R\$ 2.669 em 2018) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O Conglomerado participa de um programa global de remuneração de longo prazo “Long-Term Sustainable Performance Plan”, patrocinado pelo ING Groep N.V de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

O Conglomerado registrou despesas no valor de R\$ 195 (R\$ 343 em 2018), tendo como contrapartida a conta de “Reserva de capital”.

20. Despesas Administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços prestados por parte relacionada	(7.234)	(7.067)
Serviços técnicos especializados	(4.337)	(3.359)
Processamento de dados	(4.535)	(3.042)
Aluguel	(2.172)	(1.282)
Serviços do Sistema financeiro	(2.006)	(1.596)
Depreciação e amortização	(1.700)	(356)
Comunicação, publicações, promoções e relações públicas	(811)	(775)
Manutenção e conservação de bens	(713)	(464)
Despesas de transporte e viagem	(455)	(492)
Seguros, água, energia e gás	(102)	(227)
Serviços de terceiros	(177)	(284)
Outras despesas administrativas	(3.324)	(4.158)
TOTAL	(27.566)	(23.102)

21. Informações adicionais

- a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 935.067 (R\$ 1.139.717 em 2018). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN).
- b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Conglomerado, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário

Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2019, o valor do índice de Basileia era de 16% (17% em 2018).

- c) O Conglomerado patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pelo Conglomerado durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizaram R\$ 603 (R\$ 424 em 2018).
- d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à atualização de depósitos judiciais R\$ 4.251 (R\$ 4.085 em 2018), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 494 (R\$ 552 em 2018), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 685 (R\$ 739 em 2018), reserva de crédito de previdência privada R\$ 4.705 (não havia em 2018) e outras rendas no valor de R\$ 1.771 (R\$ 1.992 em 2018).
- e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente às atualizações de riscos fiscais R\$ 745 (R\$ 1.443 em 2018), provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no de R\$ 911 em 2018 e provisão para garantias prestadas R\$ 12.622 (R\$ 13.631 em 2018).